

Império Otomano 1915-1917: o que aconteceu aos arménios?¹

por José Pedro Teixeira Fernandes

Poucos acontecimentos na história dos últimos séculos têm gerado tanta controvérsia como o destino das populações arménias na fase final do Império Otomano, durante os anos de 1915-1917, num período em que decorriam as hostilidades da I Guerra Mundial. Gwynne Dyer sintetizou bem este problema num artigo publicado em 1976 na *Middle Eastern Studies* sugestivamente intitulado *Turkish 'Falsifiers' and Armenian 'Deceivers'*, onde referia que «qualquer historiador que tenha de lidar com os últimos anos do Império Otomano, mais cedo ou mais tarde vai encontrar-se a desejar desesperadamente que a neblina se dissipe sobre os arménios otomanos do final do século XIX e início do século XX, especialmente sobre as deportações e os massacres de 1915»². Infelizmente, apesar de já terem decorrido quase três décadas desde que Gwynne Dyer fez esta observação, e quase um século sobre os acontecimentos, o ar parece não estar ainda totalmente límpido, permanecendo uma irritante neblina que dificulta qualquer tentativa imparcial de traçar os contornos exactos dos mesmos.

O Império Otomano e a questão arménia

Originários das estepes da Rússia e das planícies do baixo Danúbio, os arménios, *hail/haik* na sua própria linguagem, afirmam-se orgulhosamente como o primeiro reino cristão do mundo, com a conversão ao Cristianismo feita pelo rei Tradt (ou Tiridate) III, no início do século IV, entre os anos 301 e 304, ou no ano 314, consoante os recitos históricos. À semelhança do que se verifica com outros povos dos Balcãs, do Médio Oriente e do Cáucaso, que durante longos períodos históricos viverem fora de estruturas estaduais próprias, a identidade social-nacional

¹ Artigo originalmente publicado na revista *História*, n.º 68 Julho/Agosto (2004): 28-38.

arménia encontra-se bastante ligada ao papel de preservação cultural da Igreja Arménia Gregoriana, que segue uma doutrina cristã ortodoxa não calcedónia.

A história dos arménios é bastante conturbada. A esse facto não é certamente estranha uma localização geográfica que desde a Antiguidade os colocou, sobretudo, em regiões que na linguagem geopolítica actual poderíamos designar por *buffer zones*, ou «zonas tampão». Esse é o caso da região Sul do Cáucaso, entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, à volta dos lagos Van e Sevan, que grosso modo corresponde ao leste da península da Anatólia, onde foi constituído o reino medieval da Arménia, com capital em Ani, zona de confrontos sucessivos entre os Impérios Bizantino e Persa, Bizantino e Árabe, Bizantino e Turco Seljúcida e Otomano, Turco Otomano e Persa, Turco Otomano e Russo. Mas a localização geográfica dos arménios não se restringiu a essa zona, simultaneamente tampão e de confronto, existindo também populações dispersas ao longo da história pelo Norte da Pérsia, pela Mesopotâmia, pela Síria e pela Cilícia, na região dos montes Taurus, próxima do golfo de Alexandreta, na costa mediterrânica.

Após a queda do reino Arménio da Cilícia em 1375 – a «pequena Arménia», como também foi designada –, devido à conquista pelos Mamelucos do Egipto da sua capital (a cidade de Sis), a história dos arménios passou a decorrer dentro de outros Estados. A partir do século XVI, com a conquista do Egipto pelo Sultão otomano Selim I, os arménios ficaram ligados (leia-se foram submetidos) ao Império Otomano. Dentro desse império, os arménios formavam um *millet*, ou seja uma comunidade étnico-religiosa chefiada pelo seu patriarca, que era nomeado pelo sultão otomano, dispondo de uma certo grau de autonomia nos assuntos religiosos, civis e administrativos e para a regulação dos conflitos intra-comunitários. Como

² Gwynne Dyer «Turkish 'Falsifiers' and Armenian 'Deceivers': Historiography and the Armenian Massacres» in *Middle Eastern Studies*, vol. XII, 1976, pp. 99-107.

avaliar a posição dos arménios nesse sistema de governação? E como avaliar as relações dos cristãos arménios com os muçulmanos do império, fossem eles turcos, curdos ou árabes? As opiniões são bastante díspares. Na óptica de historiadores turcos como Cemal Inayetullah Özkaya, «o povo arménio vivia feliz na Turquia. Formava uma comunidade à parte, com um estatuto autónomo, um clérigo, uma organização nacional com instituições de facto livres nos limites da sua competência. Os arménios tinham, sob o regime e o governo do Império Otomano lhes tinha concedido, todas as possibilidades de desenvolver, indefinidamente, e em todos os sentidos o seu talento [...] Jamais um povo vencido, um povo submetido, uma minoria étnica ou religiosa teve tais privilégios em nenhum país do mundo³». Os arménios eram a *millet-i sadika*, a «nação amiga», ou «nação fiel» como também era designada, até as perversas ideias europeias da nação e do nacionalismo terem destruído a harmonia das relações intracomunitárias e revoltarem os arménios contra o governo otomano, o qual «por pressão e para a satisfação das potências europeias» e num acto de «estupidez» e de «cegueira», criou uma «nova classe de privilegiados na Turquia»⁴.

Naturalmente que esta visão da existência duma espécie de «paraíso multireligioso» associada ao sistema dos *millet*, que ruiu com as *Tanzimat*, as quais criaram «uma classe de privilegiados», pelo facto de atribuírem direitos de cidadania idênticos a cristão e muçulmanos, não é partilhada pelos historiadores arménios, nem por diversos trabalhos de investigação histórica ocidentais. A contestação mais radical às visões quase românticas dos arménios sob o Império Otomano vem de Bat Ye'or, uma britânica nascida no Egipto, de ascendência judaica, que sugere outra realidade (bem mais dura) dos povos conquistados pelos otomanos, nos Balcãs, no Médio Oriente e no Levante mediterrânico. Como esta faz

³ Cemal Inayetullah Özkaya, *Le peuple Arménien et les tentatives de réduire le peuple turc en servitude*, Ankara: Belgelerle Türk Tarihi Dergisi, 1971, pag. 3.

⁴ Cemal Inayetullah Özkaya, *op. cit. ant.*, pp. 255-256

notar, os arménios eram *dhimmis*⁵ e estavam sujeitos às regras da *dhimmitude*, um estatuto com origem na Xária islâmica, com variadas consequências na esfera política, económica, social e religiosa, que implicava, entre outras coisas: i) o pagamento de um imposto de tolerância da sua vida (*jizya*), fundamentado no Alcorão, sendo o seu não pagamento motivo para ficar sujeito às regras e consequências da *jihad* (escravatura, morte, ou eventualmente expulsão); ii) o desarmamento, ficando a protecção da sua vida e património a cargo dos seus senhores muçulmanos; iii) o pagamento do *kharaj*, um imposto sobre a terra que cultivavam; iv) uma proibição de uso de montadas consideradas nobres, como o camelo ou cavalo; v) uma impossibilidade de testemunharem contra um muçulmano, em caso de litígio judicial; vi) a uma obrigatoriedade de conduzirem as manifestações religiosas em silêncio, não sendo permitidas manifestações públicas, com sinos, cruzes ou ícones, com eventual excepção das regiões onde os cristãos eram a maioria; vii) a impossibilidade de construir novas igrejas e o condicionamento das obras de restauração e/ou modificação a uma autorização especial.

Que conclusão tirar destas duas imagens tão diferenciadas, quase irreconciliavelmente antagónicas? Qual delas está mais próxima da realidade arménia sob o Império Otomano? E, se a imagem da *dhimmitude* é válida, como explicar, por exemplo, a existência de diversos arménios que ocuparam cargos importantes na governação otomana, ao longo dos séculos? A resposta provavelmente encontra-se no próprio trabalho de Bat Ye'or, quando esta refere que a rede de relações da sociedade otomana era bastante complexa, podendo, por exemplo, co-existir, em simultâneo, situações em que um número mais ou menos significativo de membros de um *millet* eram privilegiados, por razões de política governativa dos sultões (controlo, através destes, dessas comunidades, comércio, contactos político-diplomáticos com o exterior, etc.), enquanto a maioria da sua população vivia numa pouco invejável situação de

⁵ A designação *dhimmi* também conhecida por *zimmi* ou *raya*, refere-se aos não muçulmanos, cristãos, judeus, e zoroastrianos, que na teologia muçulmana são designados por «povos do Livro». Ver Bat Ye'or (pseudónimo),

subjugação. Para além disso, os períodos de maior ou menor tolerância⁶, variavam frequentemente ao sabor da personalidade dos sultões, das autoridades provinciais, e das circunstâncias político-militares do império.

Seja qual for a imagem mais próxima da realidade, a verdade é que nos últimos anos do século XIX surgiu uma série de acontecimentos que acabou por levar ao desaparecimento praticamente total da população arménia do Império Otomano/Turquia. No Verão de 1894 desencadeou-se uma onda de violência em Sasun (Sasoun), no *vilayet* de Bittlis. No Outono e Inverno de 1895 e 1896, surgiu uma nova onda de violência, com perseguições em Istambul e massacres de grande amplitude dos arménios na Anatólia Oriental. O sultão Abdülhamid (Addul Hamit) II pressionado pelas potências europeias anunciou um programa de reformas para as seis «províncias arménias» da Anatólia Oriental,. Entre finais de Outubro e Dezembro, as populações muçulmanas de Bitlis, Bayburt, Erzurum, Diyarbakir, Malatya, Sivas Amasya, Antep, Kayseri e Urfa, revoltam-se e desencadeiam actos de violência e perseguição contra os arménios. As estimativas de vítimas são bastante variáveis, oscilando entre algumas dezenas de milhar e as 300,000. Como explicar esta hostilidade que colocou em confronto aberto, de um lado muçulmanos turcos e curdos, e, do outro lado, cristãos arménios?

Na perspectiva arménia, Ronald Grigor Suny refere que a principal explicação passa pela «reversão da tradicional hierarquia muçulmano-*dhimmi*», que criou grandes «ressentimentos em relação aos cristãos, aos europeus e a outros elementos da vida europeia infiltrados no Império Otomano. A hostilidade social gerada pelo estatuto inferior dos muçulmanos no mundo industrial e comercial atingiu os arménios em particular»⁷. Por sua vez, Vahakn N.

Islam and Dhimmitude: Where Civilizations Collide, New Jersey: Fairleigh Dickinson University Press.

⁶ Bat Ye' or, *op. cit. ant.*, pag. 22.

⁷ Ronald Grigor Suny, *Looking toward Ararat. Armenia in Modern History*, Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press, pag. 107.

Dadrian⁸. assinala que o factor demográfico teve uma grande importância, uma vez que as autoridades otomanas prosseguiram uma política de instalação das populações muçulmanas, que emigraram dos Balcãs (bósnios, macedónios, albaneses, etc.) e do Cáucaso (circassianos, abkhazes, lazés, etc.) nas zonas tradicionalmente habitadas por arménios da Anatólia oriental e da Cilícia. O objectivo terá sido a criação de novas realidades demográficas, tentando fazer letra morta do direito de reforma adquirido pelas seis províncias abrangidas pelo artigo 61º Tratado de Berlim de 1878, o texto diplomático que traçou os contornos da questão arménia.

A população Arménia sob o Império Otomano (1878-1914)

Estatísticas Arménias	Estatísticas Otomanas
1878 – Estatísticas da delegação Arménia apresentadas ao Congresso de Berlim:	
Total da população Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 3,000,000	1880 – Estatísticas do governo Otomano
Repartição geográfica da população:	População Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 726,750 (<i>vilayet</i> de Van, Erzurum, Bitlis, Mamuret-ul-Aziz, Diyarbakir, Adana, Trebizonda e Sivas)
Turquia da Europa = 400,000	Outras populações cristãs = 283,000
Sudoeste da Ásia Menor (Cilícia) = 600,000	População total desses <i>vilayet</i> = 4,639,275
«Pequena Arménia» (<i>vilayet</i> de Sivas, Trebizonda, Diyarbakir e <i>sandjak</i> de Cesareia) = 670,000	
«Grande Arménia» (<i>vilayet</i> de Erzurum, com as regiões de Van, Much, Bitlis, Siirt, e região norte de Diyarbakir) = 1,330,000	
1882 – Estatísticas do Patriarcado Arménio baseadas nos registos paroquiais:	1881-1883 – Estatísticas do governo Otomano referentes ao «recenseamento» populacional desse período:
Total da população Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 2,660,000	Total da população Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 1,080,000
População Arménia nos <i>vilayet</i> de Van, Erzurum, Bitlis, Mamuret-ul-Aziz, Diyarbakir, Adana, Trebizonda e Sivas = 1,660,000 (<i>i.e.</i> , para os mesmos <i>vilayet</i> que as estatísticas do governo Otomano de 1880 davam apenas 726,750 Arménios)	
1912 – Estatísticas do Patriarcado Arménio baseadas nos registos paroquiais:	1914 – Estatísticas do governo Otomano referentes ao «recenseamento» populacional desse ano:
Total da população Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 2,100,000	Total da população Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 1,170,000

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos em Yves Ternon, *Les Arméniens. Histoire d'un génocide*, 2ª edição, Paris, Éditions du Seuil, 1996 e François Georgeon, *Abdülhamid II. Le Sultan Calife (1876-1909)*, Paris, Fayard, 2003

⁸ Vahakn N. Dadrian, *Warrant for Genocide. Key Elements of Turko-Armenian Conflict*, New Brunswick-London: Transaction Publishers, 1999, pp. 29-36.

Nessa mesma altura começou também uma «guerra de estatísticas» entre o patriarcado arménio e governo otomano, sobre quantos arménios viviam no Império Otomano em finais do século XIX e início do século XX, que se prolongou até à actualidade. Naturalmente que este cálculo tem importância não só para o correcto conhecimento da demografia otomana, como para as estimativas das vítimas dos acontecimentos de 1915-1917, como veremos mais à frente.

Os acontecimentos de 1915-1917 sob o governo dos Jovens Turcos

Na noite de 24 para 25 Abril de 1915 iniciou-se uma série de perseguições aos notáveis arménios em Constantinopla/Istambul, facto normalmente considerada como o início da tragédia. Coincidência, ou talvez não, nesse mesmo dia os exércitos britânicos e as tropas dos seus *dominions* da Austrália, Nova-Zelândia e Canadá, tinham começado a desembarcar na península de Galipoli, procurando controlar os estreitos nos Dardanelos. Na frente oriental, a ofensiva otomana de Dezembro de 1914 e Janeiro de 1915 efectuada no Leste da Anatólia e no Cáucaso contra os exércitos russos, para realizar o sonho turaniano de Enver, que pretendia conquistar o lendário Turquestão em poder da Rússia, saldou-se por um importante fracasso militar, com a pesada derrota de Sarikamis. Como consequência calcula-se que dos 90,000 homens do III exército otomano terão sobrevivido apenas cerca de 15,0000, tendo os restantes morrido em combate, por doença, ou devido às condições climatéricas extremamente adversas. Do lado turco, Enver, que no início da ofensiva otomana comandou directamente as operações no terreno, Talât, o Ministro do Interior e chefe da *gendarmérie*, e o general Halil Kut, comandante da Primeira Força Expedicionária, derrotado em Dilman, no Norte do Irão, acusam os arménios de terem contribuído para a derrota otomana. Para além disso, acusam-nos também de efectuarem deserções em massa para o exército russo, ou de terem passado a actuar contra este em actos de guerrilha por detrás das linhas otomanas.

Tanto quanto é possível saber-se houve de facto diversos batalhões de arménios a combater do lado russo. Todavia, esses batalhões eram na sua grande maioria formados por arménios russos e arménios originários da diáspora, e não propriamente por arménios otomanos como sugeriam as acusações turcas. Por outro lado, importa notar que a conscrição universal introduzida pelo governo do partido *Ittihat ve Terakki*, mais conhecido como Comité para a União e o Progresso (CUP), e que levou à mobilização e incorporação nos exércitos otomanos, de todos os arménios do sexo masculino entre os 15 e os 60 anos, parece ter sido também um dos meios utilizados para a eliminação física dos arménios. Estes foram progressivamente integrados em pelotões de obras e trabalhos, onde andavam desarmados, sendo mais tarde executados por acções de alguns dos seus próprios colegas do exército, coadjuvados no terreno por bandos de irregulares que os atacavam durante as suas marchas.

Independentemente das circunstâncias reais no terreno, é um facto histórico incontroverso que a deportação dos arménios foi efectuada, e que teve uma cobertura legal, ou seja, foi feita de acordo com um acto legislativo aprovado pelo governo otomano chefiado pelo grão vizir Sait Halim, sob proposta de Talât, enquanto Ministro do Interior. Na «Lei Provisória de Deportação» de 27 de Maio de 1915 pode ler-se o seguinte: «Artigo I. Em tempo de guerra, os comandantes do exército, de corpos do exército e de divisão, ou seus substitutos, tal como os comandantes de postos militares independentes que se vejam confrontados da parte da população com um ataque ou resistência armada, ou encontrem sob qualquer forma uma oposição às ordens do governo ou aos actos e medidas relativos à defesa do país e à salvaguarda da ordem pública, têm autorização de as reprimir imediatamente e vigorosamente através da força armada e de suprimir radicalmente o ataque e a resistência. Artigo II. Os comandantes do exército, de corpos do exército e de divisão podem, se as necessidades

militares o exigirem, deslocar e instalar noutras localidades, separadamente ou conjuntamente, a população das cidades e vilas que eles suspeitem culpadas de traição ou de espionagem»⁹. Importa efectuar duas observações sobre este documento. A primeira é relativa ao carácter geral e abstracto do seu teor, como manda a boa técnica jurídica, onde não há qualquer referência explícita ao caso dos arménios, o que lhe dá um aspecto formal de lei equilibrada e não discriminatória. A segunda observação é a de que a avaliar pelos diversos testemunhos locais e relatos diplomáticos, bem como pelas próprias notícias que a imprensa turca foi ventilando, a operação de deportação foi posta em marcha no terreno várias semanas antes de a proposta de legislação ter sido enviada ao gabinete do vizir, criando Talât uma espécie de facto consumado, ao qual a aprovação da lei apenas veio dar cobertura *a posteriori*.

Na óptica habitual dos historiadores turcos esta decisão foi não só justificada pelo «terror arménio», como também foi de um cariz humanitário quase irrepreensível, atendendo às difíceis circunstâncias de guerra em que decorreu. Por exemplo, Türkkaya Ataöv afirma que «a verdade, documentada por abundantes fontes, é que foi o terror dos bandos arménios organizados, a sua co-acção com as tropas estrangeiras invasoras e a expulsão da população muçulmana que levou à decisão otomana de reinstalar os arménios nos territórios do Sul do Estado»¹⁰. Daí a justificação da necessidade da medida do governo otomano, tomada por Talât, o Ministro do Interior, que decidiu deslocar a totalidade da população arménia das zonas de guerra para as províncias otomanas da Mesopotâmia e da Síria, especialmente para a região de Zor, no coração do deserto sírio. Por sua vez, para o presidente da Sociedade de História da Turquia, Yusuf Halaçoğlu, «a deportação, claro, foi dolorosa. Deslocar milhares de pessoas repentinamente e realojá-las não é tarefa fácil. Todavia, o planeamento antecipado

⁹ Yves Ternon, *Les Arméniens. Histoire d'un génocide*, 2ª edição, Paris, Éditions du Seuil, 1996, pag. 249.

dos percursos e das áreas de paragem, o amplo uso das estações de caminho de ferro e dos centros de despacho, o uso de comboios para transporte da maior parte dos deportados, distribuição de rações pelo Estado, a assistência de pessoal médico e de gendarmes nos pontos de partida, transformou a deportação no mais ordeiro movimento de população do século passado. Claro que durante a deportação, ocasionalmente grupos em movimento ficaram sob ataque de pessoas vingativas e cerca de 9-10.000 foram massacrados¹¹».

Mas, se esta descrição deportação feita Yusuf Halaçoğlu, que sugere uma espécie de operação humanitária tem algum fundamento histórico, o que é que levou 1, 200,000 a 2,100,000 arménios, conforme as estimativas, praticamente a desaparecer do Império Otomano/Turquia? E os inúmeros documentos probatórios, incluindo fotografias e testemunhos conservados nos depósitos de arquivos ocidentais, seja dos países beligerentes com o Império Otomano, como a França, a Grã-Bretanha e a Itália, seja dos que eram seus aliados, como a Alemanha e a Áustria-Hungria que falam, sob diferentes formas, em atrocidades, em massacres horríveis e tentativas de extermínio de uma raça, ou seja, genocídio, na linguagem actual? Estas são certamente questões incómodas que provavelmente alguns historiadores turcos colocaram a si próprios e que, ao que tudo indica, estão na origem do afastamento da visão dos acontecimentos de 1915-1917 descrita por Türkaya Ataöv e Yusuf Halaçoğlu. Um dos primeiros dissidentes desta visão foi o professor da Universidade de Sabanci, em Istambul, Halil Berktaş, que denunciou a existência de uma «cortina de silêncio» que a República da Turquia tinha lançado sobre o assunto, desde a sua fundação por Mustafa Kemal, em 1923. Numa entrevista ao jornal *Radikal* de Istambul e em resposta à questão «Como é que os arménios morreram? Quem os matou?» Halil Berktaş respondeu o seguinte: «Aqueles que

¹⁰ Türkaya Ataöv, *The 'Armenian Question'. Conflict, Trauma & Objectivity. SAM papers n° 1/99*, Ankara: Ministry of Foreign Affairs-Center for Strategic Research, pag. 19.

deram a ordem deram-na através de um dispositivo especial: a Organização Especial [*Teskilât-i Mahsusa*]. Considere a Organização Especial uma mistura de *Susurluk* e *Hizbollah*. É entendido que Bahaittin [Bahaeddin] Sakir, trabalhando para Enver, Cemal e Tâlat, e líder da organização, organizou pelotões especiais da morte e voluntários na região. Alguns destes voluntários usados para este efeito eram criminosos convictos, arrancados da prisão e salvos do enforcamento [...] Para além dessa gente, também fizeram as tribos muçulmanas, turcas e curdas, atacar os comboios de migrantes arménios. A estes massacres podem ser adicionadas as horríveis baixas causadas pelas condições miseráveis da migração forçada»¹².

O problema da qualificação dos acontecimentos como genocídio

Qualquer que seja a qualificação dada aos acontecimentos de 1915-1917, esta estará sempre dependente da resposta que for dada a três questões fundamentais: i) a deportação da população arménia pode ser justificada como uma necessidade militar imperiosa, decorrente dos acontecimentos da I Guerra Mundial? ii) quantas vítimas resultaram da deportação efectuada para a Mesopotâmia e para o deserto de Zor, na Síria? iii) qual foi a real intenção dessa deportação, ou seja, houve, ou não, uma tentativa de aniquilamento da população arménia, enquanto tal, que na linguagem do direito humanitário actual se chama genocídio?

Quanto à primeira questão, os dados disponíveis apontam para a existência de uma desproporcionalidade, por excesso, entre a medida de deportação e o problema militar no terreno. Desde logo porque não é líquido que os arménios otomanos estivessem a cometer

¹¹ Yusuf Halaçoğlu, «Realities Behind the Relocation» in *Türkkaya Ataöv [ed.] The Armenians in the Late Ottoman Period*, 2ª edição, Ankara: The Council of Culture, Arts and Publications of the Grand National Assembly, 2001, pag. 140

¹² Ver entrevista a Halil Berktaş publicada no jornal *Radikal* de 30 de Junho de 2000. Utilizamos a tradução em língua inglesa desta entrevista, intitulada «A Special Organization Killed Armenians», feita por Marc David que

importantes actos de guerrilha por detrás das linhas otomanas, nem a desertar em massa do exército imperial russo. Mas, mesmo admitindo como bem fundamentadas as acusações turcas, as deportações apenas poderiam ter uma justificação inteiramente militar, se fossem rigorosamente limitadas às populações que viviam nas zonas de guerra, o que não foi o caso. Estas verificaram-se em todo o território do Império Otomano, incluindo as cidades da Anatólia ocidental, embora aí as deportações de comunidades inteiras fossem excepcionais. Para além disso, houve a perseguição e massacre dos notáveis arménios de Constantinopla/Istambul, em Abril de 1915. Quanto à segunda questão, pelos dados actualmente disponíveis é virtualmente impossível determinar com exactidão o número total de vítimas da deportação, até porque, conforme já vimos, é um facto controvertido o número de arménios que habitava o Império Otomano antes dos acontecimentos de 1915-1917. É também virtualmente impossível destrinçar, com total rigor, as vítimas que se devem a maus tratos, assassínios, execuções e massacres, daquelas que resultaram de escassez de alimentos, de doenças e da falta de cuidados médicos. O que se pode afirmar é que entre os historiadores não têm ligações conhecidas às partes em litígio nesta questão, existe um certo consenso em rejeitar o número habitualmente fornecido do lado turco, que é de 100,000 a 200,000 vítimas, bem como de considerar excessivos os números avançados do lado arménio, que falam de valores entre 1,500,000 a 2,000,000 vítimas. Com base neste critério poderá balizar-se entre 600,000 e 1,000,000 o número total de vítimas.

Quanto à terceira questão, que é a de saber qual a real intenção dessa deportação, a resposta mais plausível aponta para a existência de uma tentativa de erradicação da população arménia existente na Anatólia, que decorreu paralelamente à «operação oficial» de deportação. É importante realçar que os acontecimentos de 1915-1917 envolveram Enver, Talât e outras

personalidades menores, não só enquanto membros do governo otomano, mas também enquanto líderes do CUP. Esse é o cerne da questão. Enver e Talât dispunham paralelamente das estruturas organizativa do partido e dos seus próprios elementos de confiança no terreno. Entre as estruturas paralelas à máquina oficial do Estado encontrava-se um grupo de oficiais voluntários e outros membros do exército, uma espécie de tropas de choque que desde a revolução de 1908 faziam o «trabalho sujo» no terreno, organizando acções de guerrilha, procurando suprimir movimentos separatistas, etc. Conhecida informalmente como a *Teskilât-i Mahsusa* (Organização Especial), esta organização foi formalizada em 1914 e colocada sob o comando directo de Enver. Embora os registos da *Teskilât-i Mahsusa* tenham sido destruídos e os arquivos do CUP se tenham perdido, existe um conjunto importante de documentos e testemunhos, incluindo nos arquivos alemães e austríacos, países aliados do Império Otomano durante a I Guerra Mundial, que apontam para que «um círculo restrito dentro do Comité para a União e o Progresso sob a direcção de Talât pretendeu ‘resolver’ a Questão do Oriente pelo extermínio dos arménios usando a deportação como capa para essa política». Na sua execução no terreno «um determinado número de chefes provinciais do partido deu assistência a este extermínio, o qual foi organizado através do *Teskilât-i Mahsusa*, sob a direcção do seu director político, e membro comité do central do CUP, Bahaeddin Sakir»¹³ o qual o efectuou à margem das estruturas governamentais do Estado otomano.

Em conclusão, pode afirmar-se que apesar das dúvidas históricas que ainda pairam sobre os contornos exactos dos acontecimentos, estas, só por si, não parecem fornecer argumentos suficientemente válidos para negar que os acontecimentos que afectaram os arménios constituíram um tragédia humana de grandes proporções, que ultrapassou um «normal» acontecimento de guerra. Para além disso, se olharmos para o artigo 2º da Convenção para a

¹³ Erik J. Zürcher, *Turkey. A Modern History*, London-New York: I. B. Tauris Publishers, 2ª edição revista,

Prevenção do Crime de Genocídio de 1948 das Nações Unidas, a qual diz que por genocídio se entendem «os actos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso como tal» e que esses actos são i) a morte de membros do grupo; ii) atentado grave contra a integridade física ou mental de membros do grupo; iii) submissão intencional de membros do grupo a condições de existência que deverão levar à sua destruição física total ou parcial», parece bastante difícil refutar, com argumentos válidos, que o seu dispositivo não contempla situações similares àquelas que afectaram os arménios em 1915-1917, e que levaram ao seu desaparecimento quase total do Império Otomano/Turquia.